



Ação Orçamentária

8913 - Fomento a Práticas de Controle Social e Transparência na Execução Penal

Momento da ação:	Momento LOA+Créditos
Programa:	2070 - Segurança Pública com Cidadania
Objetivo:	Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.
Iniciativa:	
Unidade Orçamentária Responsável:	Fomento a práticas de controle social e transparência na execução penal
Esfera	30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN
Função	10 - Orçamento Fiscal
SubFunção	14 - Direitos da Cidadania
Unidade Responsável	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
Tipo de ação	Departamento Penitenciário Nacional Atividade
Origem	
Base legal	PLOA

Lei Complementar nº 79/94, de 07 de janeiro de 1994.

Descrição

Apoio às iniciativas que permitam o controle social e a transparência na execução penal.

Especificação do produto

Apoio a projetos que criem canais de comunicação da Sociedade com o Poder Público, possibilitando um controle social no cumprimento de penas no Brasil.

Ação de Insumo Estratégico

Não

Regionalização na Execução

Não

Beneficiário

Tipo de implementação: Direta Descentralizada

Implementação da Ação

Regulamentar administrativamente o funcionamento e a atuação dos conselhos da comunidade bem como a forma de investidura de seus membros e apoiar a adoção dessa regulamentação pelos Conselhos da Comunidade já existentes e nos que serão criados. Desenvolver metodologia e promover, mediante parcerias, a capacitação de membros de conselhos da comunidade. Estruturar os conselhos da comunidade existentes.

Fortalecer o instrumento de Ouvidoria do Sistema Penitenciário, em cumprimento das diretrizes do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3) e das diretrizes da Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG). Implementar um sistema de gestão de informações, adotando plenamente o instituto da certificação digital de documentos, conforme previsto na Medida Provisória nº 2.002-2/2001. Padronizar conceitos, ferramentas e processos de trabalho; Criar o Fórum Nacional de Ouvidores dos Sistemas Penitenciários. Firmar parcerias com os diferentes atores que influenciam no processo de controle social. Promover a descentralização da Ouvidoria Nacional do Sistema Penitenciário, por meio do apoio à criação das ouvidorias estaduais.

Firmar parcerias com os diferentes atores que influenciam no processo de controle social por meio de instrumentos de repasse e doação de bens.

Criar projetos de prevenção da criminalidade a partir de um programa de conscientização, principalmente da população jovem, com o intuito de evitar o encarceramento.

Promover encontros e eventos para discutir a execução penal no Brasil.

Participação social: